

ALTO RISCO

SUPLEMENTO DO JORNAL ALTO RISCO
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE BOMBEIROS PROFISSIONAIS
(instituição de utilidade pública)

N.º61 | 8ª Série | Dezembro 2017



UE unida no investimento para a proteção dos Europeus



**O Sindicato
somos
todos nós!**

**Sempre em
defesa da
classe**

Sindicaliza-te!

**Sindicato Nacional dos Bombeiros Profissionais
28/03/1992**

Destques

8

Reportagem
Lições de
Pedrógão
Grande



20

rescUE
Proteção Civil
Europeia mais eficaz



28

Reportagem
Comunidades
Resilientes



42

Notícia
2017 foi o
segundo ano
mais seco
desde 1931





Fernando Curto

Presidente da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais

Mais, queremos mais proteção civil em 2018!

Estamos a terminar 2017, um ano que vai ficar na memória pelas tragédias (outra vez) dos incêndios e pelas alterações na estrutura da Proteção Civil. Pelos discursos dos políticos em relação ao que correu mal e ao que é preciso (ainda) fazer.

Há passos concretos, sim, alguns.

A Comissão Europeia anunciou o rescEU, o novo sistema europeu de proteção civil, para responder aos pedidos de ajuda dos países membros, em quatro situações: incêndios, cheias, resgate e salvamento urbano e assistência de emergência.

Nesta edição reportamos exercícios que testam a resposta em caso de acidente, por exemplo, em ambiente ferroviário - o RAILEX17, realizado no complexo de Coina - e em situação de sismo - o exercício Touro 2017, organizado pelo Serviço Regional de Proteção Civil dos Açores.

Trata-se de aprender “em ação”, mas também é importante aprender antes de tudo acontecer.

A universidade do Minho vai apostar na formação académica com uma nova licenciatura de Proteção Civil e Gestão do Território, que irá estar disponível para o próximo ano letivo. Os docentes responsáveis consideram que “o país precisa urgentemente de profissionais altamente qualificados, com capacidade para delinear medidas de prevenção, combate, minimização, gestão, comunicação do risco e reabilitação das

comunidades afetadas”.

A proteção civil passa por todos, sem esquecer cada cidadão. É uma ideia que se tem repetido... e que é preciso insistir!

E os jornalistas, qual o papel deles? Esse foi, mais uma vez, o tema do debate promovido pela Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, e que juntou o testemunho de quatro jornalistas que assistiram de perto aos incêndios de Junho e de outubro. Já muito se disse e investigou sobre a tragédia dos incêndios - e muito se irá ainda dizer - mas importa ter em conta o relato dos jornalistas que viram o desespero das pessoas, que sentiram o calor intenso das chamas e que, também eles, tiveram receio pela própria vida. Mas são profissionais e têm de estar lá para contar ao país o que se passa. Reconheceram que este ano o trabalho jornalístico foi mais complicado porque a Autoridade Nacional de Proteção Civil ditou novas regras.

Seja como for, contaram e mostraram o possível, que já foi muito. E essas imagens ficam para a história do país e para o registo de 2017. Imagens de bombeiros esgotados, do fogo em cima das casas e de empresas, de rostos e vidas destruídas.

Não queremos mais!

Ficam votos de um Ano Novo com medidas de proteção civil que garantam, de forma eficaz, a segurança das pessoas e bens!

Diretor

Filomena Barros

Diretor-Adjunto

Sérgio Rui Carvalho

Redação

Cátia Godinho
Alexandra Martins Silva

Grafismo

João Botas Gonçalves

Paginação

João Botas Gonçalves

Fotografia

Gab. Aud. ANBP

Propriedade

Associação Nacional de Bombeiros Profissionais
Av. D. Carlos I, 89, r/c
1200-647 Lisboa
Tel.: 21 394 20 80

Tiragem

20 000 exemplares

Registo n.117 011

Dep. Legal n. 68
848/93

Impressão

MX3



As Grandes Cheias de Lisboa 50 anos depois

(Por Alexandra Martins Silva)

O regime de Salazar disse que foram 462, mas foram mais de 700 pessoas que morreram há 50 anos nas piores cheias que a capital portuguesa alguma vez viu. De 25 a 26 de novembro de 1967, a chuva caiu intensamente, provocando estragos nos concelhos de Lisboa, Loures, Odivelas, Vila Franca de Xira, Alenquer, Alhandra, Cascais, Oeiras e Sintra.

O ano de 1967 tinha sido particularmente seco e, tal como em 2017, a chuva era bem-vinda, mas ninguém estava à espera da chuva intensa que se fez sentir na madrugada do dia 25 para o dia 26 de novembro. Em apenas cinco horas, o nível das águas do rio Tejo subiu quatro metros e, só na nessa noite, choveu um quinto do que choveu em todo o ano de 1967.

Lisboa, Loures, Odivelas, Vila Franca de Xira, Alenquer, Alhandra, Cascais, Alenquer, Oeiras e Sintra foram os concelhos afetados pelas chuvas torrenciais provocadas por uma depressão meteorológica que percorreu todo o Vale do Tejo. Na zona da Grande Lisboa, a Avenida de Ceuta, a Avenida da Liberdade e a Praça de Espanha ficaram submersas, a Avenida da Índia ficou cheia de lama e as linhas de comboio ficaram submersas.

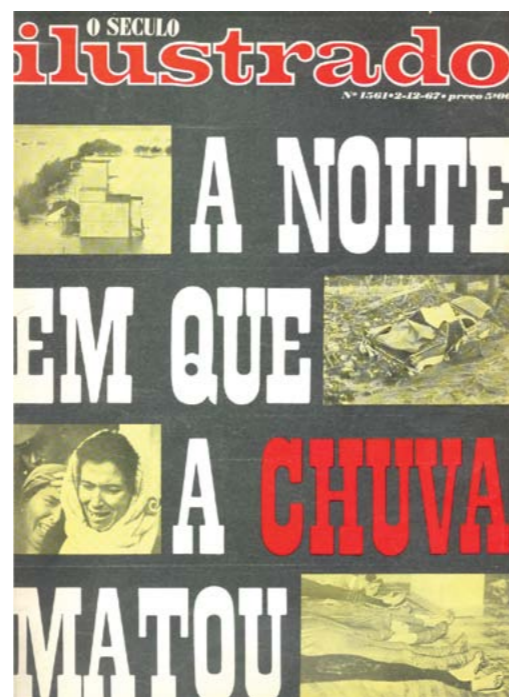
Desde o terramoto de 1755 que a cidade de Lisboa não era o palco de uma catástrofe como esta, mas a extensão dos danos foi escondida pelo regime de Salazar que fixou o número de mortos nos 462, mas 50 dias depois das cheias, ainda se encontravam corpos entre os escombros. Ainda hoje o número total de mortos não é conhecido, mas estará na ordem dos 700 mortos.

Um estudo de 2016, da autoria de Francisco da Silva Costa, Miguel Cardina e António Batista Vieira, intitulado “As inundações de 1967 na região de Lisboa. Uma catástrofe com diferentes leituras”, é referido que “Apesar de num primeiro momento se permitirem notícias sobre o assunto, a ação censória agiu para evitar leituras políticas da catástrofe e evitar que a comoção geral instalada adquirisse laivos críticos”. Um telegrama da Direção da Censura, de 27 de novembro, diz que “gravuras da tragédia: é conveniente ir atenuando a história. Urnas e coisas semelhantes não adianta nada e é chocante. É altura de acabar com isso. É altura de pôr os títulos mais pequenos”, e noutro telegrama, de 29 de novembro, “Inundações: os títulos não podem exceder a largura de 1/2 página e vão à censura. Não falar no mau cheiro dos cadáveres. Atividades beneméritas de estudantes – Cortar”.

De facto, as associações de estudantes, na sua maioria consideradas ilegais, é que se organizaram e tomaram as rédeas do socorro às vítimas, devido à inércia do Estado que, com a maioria dos recursos



Arquivo Nacional da Torre do Tombo 2



investidos na Guerra Colonial, não tinha um serviço organizado de socorro a este tipo de intempéries. Como a notícia da tragédia teve repercussões internacionais, o Estado esclareceu que todos os meios disponíveis, incluindo os do Exército, da Marinha, da Força Aérea e de outras instituições como a Cruz Vermelha, a Cáritas, o Movimento Nacional Feminino, a Legião Portuguesa, os escuteiros, a Misericórdia de Lisboa, estiveram envolvidos nas operações.

A maioria das vítimas foi encontrada em zonas de vale de cheia e como a

maioria das habitações era construída em madeira, famílias inteiras foram arrastadas pelas enxurradas. Os sobreviventes também ficaram com pouco: 20 mil casas ficaram destruídas deixando milhares de pessoas desalojadas.

Fontes:
Arquivos RTP - <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/1967-grandes-cheias/#sthash.wJloa0cT.gBjAhQbT.dpbs>
Câmara Municipal de Lisboa - <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/historia/historial-das-catastrofes-de-lisboa/1967-cheias>
Universidade de Coimbra - <https://estudo-geral.sib.uc.pt/handle/10316/35301>



O fotógrafo britânico Terence Spencer, vencedor do World Press Photo de 1968, esteve em Lisboa para fotografar, sem os filtros da censura, os danos provocados pelas cheias. Vendeu depois as suas fotografias à revista norte-americana 'LIFE'.



Dois túneis contra cheias para Lisboa

A cidade de Lisboa deverá começar em 2018 uma nova fase de obras de reabilitação, com a construção de dois grandes túneis que vão ligar Monsanto a Santa Apolónia e Chelas ao Beato, para mitigar o efeito das chuvadas anuais.

O jornal “i”, do dia 18 de dezembro, avança que vão ser construídos dois túneis: um que liga Monsanto a Santa Apolónia e que vai atingir os 70 metros de profundidade em algumas áreas e a galeria Chelas/Beato, com uma profundidade de 50 metros. A construção destes túneis faz parte do Plano de Drenagem, que foi aprovado em junho de 2017, e tem como objetivo diminuir o número de inundações que a cidade de Lisboa sofre anual com as chuvadas.

Ao jornal I, o mentor do Plano de Drenagem, José Saldanha Matos, garantiu que “as obras não vão começar logo no início do ano, mas vão começar em 2018”. Apesar das complicações que as obras, que deverão durar até 2022, vão ter, José Saldanha Matos referiu a importância da obra, considerando que terá um retorno de 100 anos, podendo “durar mais” se forem feitas “obras de reabilitação ao longo do tempo”.

Os trabalhos vão ter consequências ao nível da circulação de pessoas e veículos, sendo que os locais mais afetados deverão ser os locais de entrada e saída dos túneis, cuja construção chegará aos 85 milhões de euros.



“As lições de Pedrógão Grande”

(Por Cátia Godinho)

A poucos dias de ser assinalarem seis meses sobre o grave incêndio de Pedrógão Grande, o Auditório da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra recebeu o seminário “As lições de Pedrógão Grande”, organizado pelo Centro de Estudos de Incêndios Florestais em parceria com a ADAI e orientado pelo Professor Doutor Xavier Viegas.

Foi a ele, enquanto responsável por um dos relatórios sobre o incêndio mais mortífero de que há memória em Portugal, que coube a condução dos trabalhos do dia 7 de dezembro, onde várias entidades explicaram, de acordo com a sua competência, o que aconteceu no dia 17 de junho. Um dia marcado por 64 mortes, decorrentes dos incêndios que deflagraram na Região do Pinhal. As alterações climatéricas, a falta de ordenamento das florestas, as dificuldades de reação das populações e as falhas no socorro às populações afetadas

pelo incêndio de Pedrógão Grande foram temas abordados neste seminário.

“É a primeira vez que registamos incêndios tão grandes quanto estes, tendo em conta os nossos dados”, começou por dizer Xavier Viegas, reportando aos mais de 500 mil hectares de área ardida registados este ano. Segundo o investigador, terá também havido falta de eficácia no ataque inicial devido às condições meteorológicas.

Quanto às condições climáticas verificadas nos incêndios quer de 15 de junho, quer de 17 de outubro, Xavier Viegas considera que estes podem repetir-se com frequência e que o país “ainda não está preparado”. De acordo com o investigador, “se hoje ou amanhã tivermos as mesmas circunstâncias que tivemos em junho e outubro, que foram circunstâncias excecionais, tenho receio de que continuemos a ter muitas casas não devidamente preparadas e muitas comunidades que não estão ainda defendidas para eventos destes”.

O investigador falava para um auditório

com mais de uma centena de pessoas, entre os quais investigadores, bombeiros, dirigentes da proteção civil e especialistas do setor e autarcas.

Existem “autarquias que não respeitam a lei nem fazem o seu trabalho”, lembrou Xavier Viegas, salientando que “um plano pode ter o valor que tem, mas pelo menos representa que alguém se dedicou a pensar no problema e a colocar algumas linhas para ver como esse problema se pode minimizar ou resolver”.

O trabalho das autarquias foi um dos pontos abordados nas recomendações do relatório, em que os autores defendem “a melhor articulação com os municípios e outras entidades para fazer respeitar a gestão dos planos de gestão de combustíveis, de planeamento florestal e outros, muitos dos quais foram delegados nos Municípios, sem a devida contrapartida de uma visão geral e qualificada, que permita assegurar o seu cumprimento”.

Em relação ao socorro às vítimas, Xavier Viegas considerou que “algumas vítimas que acabaram por falecer talvez sobrevivessem” caso os meios tivessem

chegado mais cedo. Durante o seminário, no espaço aberto para o debate, vários testemunhos corroboravam esta afirmação, garantido que muitos dos pedidos feitos para o 112 não foram atendidos.

O impacto nas comunidades de uma situação como a vivida em Pedrógão Grande foi outro dos pontos abordados, nomeadamente a necessidade de instituir medidas de prevenção e autoproteção que proporcionem a gestão do espaço e do comportamento das pessoas. “São estruturadas por lei, e para serem implementadas têm que fazer parte de um plano municipal aprovado”, segundo explicou Luís Ribeiro, da equipa do CEIF.

Foi, de resto, desta necessidade de criar resiliência nas populações que surgiu a Associação das Vítimas de Pedrógão Grande. Nádía Piazza, presidente da Associação, esteve presente neste seminário, apresentando-se como “o rosto atrás dos outros rostos”, mas “mais chata”, justificando a atitude interventiva que tem assumido deste o incêndio de Pedrógão Grande, no qual perdeu um filho.

Nádía Piazza falou sobre o projeto-piloto “Aldeias Resilientes”, criada a 25 de novembro e que abrange 25 localidades dos concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos, que prevê a construção de equipas locais de resposta de emergência, que deverão entrar em funcionamento até ao dia 1 de junho.

Recorde-se que no incêndio de Pedrógão Grande perderam a vida 64 pessoas. Mais de 200 ficaram feridas.

Seminário abordou Capítulo 6

Durante o seminário foi abordado o capítulo 6, que reporta o que se passou com as vítimas do incêndio de Pedrógão Grande, “para dar informação às pessoas sobre a tipologia de factos que se passaram, o que as pessoas sofreram e as dificuldades que houve para as socorrer”, explicou Xavier Viegas. No entanto, o investigador esclareceu que “estamos a respeitar aquilo que foi a deliberação da Comissão Nacional de Proteção de Dados e as diretrizes que temos do Governo”, remetendo para a decisão da Comissão Nacional de Proteção de Dados, que rejeitou a divulgação pública e integral do Capítulo 6 do relatório dos incêndios de Pedrógão Grande.

Secretário de Estado prevê 15 milhões para a defesa da floresta

O Secretário de Estado das Florestas, Miguel Freitas, anunciou medidas para equilibrar o investimento na prevenção e no combate aos incêndios florestais. Na sessão de abertura do seminário, responsável avançou a verba de “15 milhões de euros para a rede primária de defesa da floresta contra incêndios” e a duplicação do “fundo florestal permanente”.

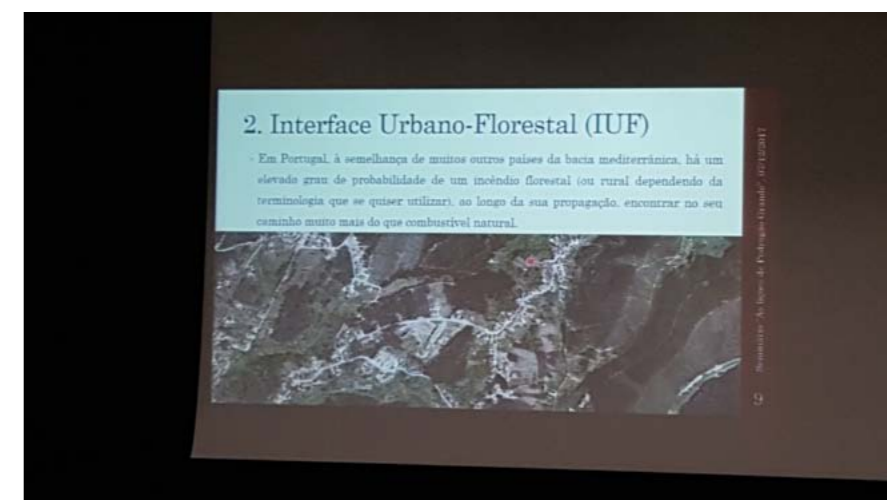
Conclusões e recomendações do relatório defendem “melhor qualificação dos agentes da proteção civil”

Uma das recomendações feitas no relatório passa pela “seleção dos quadros de Comando da Estrutura da ANPC e dos Bombeiros”. Os autores defendem “que em todos os escalões haja uma maior qualificação dos agentes de proteção civil, para conferir aos cidadãos a segurança e confiança de que serão socorridos por pessoas qualificadas e da máxima competência”, reconhecendo “que uma resposta mais pronta nas emergências carece de uma maior profissionalização dos Bombeiros”.

INEM recusa críticas sobre falhas no socorro

A atuação do INEM nos incêndios de Pedrógão Grande tem sido alvo de investigação jornalística, primeiro pelo programa “Sexta às 9”, a 8 de dezembro, depois pelo jornal Público, a 31 de dezembro. Quanto ao relatório da equipa de Xavier Viegas, numa nota divulgada na sua página, o INEM esclarece que “muitos dos aspetos abordados no relatório “Complexo de Incêndios ocorridos em Pedrógão Grande e concelhos limítrofes, iniciados em 17/6”, citado pelo “Sexta às 9”, refletem o menor conhecimento na área da Emergência Médica e o desconhecimento de factos essenciais da atuação do INEM. (...) O INEM gostaria de deixar bem claro que, nem este Instituto nem os seus profissionais (que, recorde-se, são profissionais de saúde), têm competência técnica para as missões de busca e salvamento de pessoas e, muito menos, para combater fogos florestais. Compete-lhe, isso sim, a prestação, sempre em condições de absoluta segurança, de cuidados de emergência médica pré-hospitalares”.

Consulte em: <http://www.inem.pt/2017/12/31/inem-esclarece-atuacao-nos-incendios-3/>





“O país está determinado e que quer tirar as lições”

(Por Alexandra Martins Silva)

O Professor Xavier Viegas respondeu, em conferência de imprensa conjunta, às questões dos jornalistas no âmbito do seminário “As lições de Pedrógão Grande”

Disse que viria revelar alguns dos conteúdos do capítulo 6, é isso que está a fazer?

Iremos falar de alguns dos casos para os quais temos autorização e, naturalmente, daqueles que nos parecem mais relevantes para perceber o que se passou neste incêndio. Vamos apresentar alguns [casos] para dar informação às pessoas sobre que tipologias de factos se passaram e que dificuldades houve também para as [pessoas] socorrer.

Informou na sessão de abertura que o irá fazer, respeitando as recomendações do Governo e da Comissão de Dados, o que quer dizer?

Bem, para já, não vamos entregar o relatório a ninguém e aquilo que vamos falar dos casos, havemos de o fazer do modo mais impessoal, vamos mostrar fotografias, vamos falar de pessoas, de nomes que tenham sido aqueles que já

estão no conhecimento público; nesse sentido, estamos a respeitar a designação da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Num cenário como este, falar daquilo que é essencial sem entrar em pormenores. Naturalmente não estamos a dar toda a informação que temos, porque não achamos que seja necessário, mas está disponível a quem tiver interesse.

Disse que seria divulgar este capítulo também.

Não creio que ele contenha informação que seja prejudicial para as pessoas e que, em contrapartida, contém informação importante para as autoridades também perceberem aquilo que se passou em Pedrógão.

Acha que o país está em condições para aprender o que se passou em Pedrógão?

Eu creio que estamos num momento único, não só com Pedrógão, mas tam-

bém com os eventos de outubro, em que o país está determinado e que quer tirar as lições, não ‘varrendo para debaixo do tapete’, mas mudando as condições e melhorando a comunicação. Para nós, o mais importante é melhorar a proteção das pessoas, evitar que haja perda de vidas.

O capítulo inclui as falhas ao socorro das pessoas?

Realmente, pomos em evidência que houve dificuldades, perante o combate no período mais grave do incêndio e estamos a dizer que tenha havido falhas, porque foi realmente um período muito perigoso para estar a combater o incêndio. Agora, talvez nas horas que se seguiram, fruto de algum pânico que terá tomado as forças de combate, porque realmente, houve uma falta de coordenação na atividade de socorro. Nesse aspeto, propomos no nosso relatório que, em situações futuras com um número grande de acidentes pessoais, se crie uma outra estrutura, um

posto de comando, apenas dedicada ao socorro, à busca e salvamento das pessoas.

Infelizmente, quando estávamos a escrever esta palavra, em outubro, nesse mesmo fim-de-semana, 15 e 16 de outubro, tivemos um outro episódio que foi tão grave como o de junho e as consequências foram muito indesejáveis. Volto aqui a dizer que o nosso país não está preparado para que se repitam estes dois episódios. Tenho receio que continuemos a ter muitas casas indevidamente salvaguardadas, muitas aldeias não preparadas, muitas comunidades que não estão defendidas para eventos destes.

Neste seminário estão técnicos, operacionais, familiares das vítimas, que estão aqui para tentar perceber qual foi o conjunto de eventos que estiveram nas circunstâncias desta tragédia.

É importante saber que houve pessoas que estiveram em sofrimento durante horas; há mesmo pessoas que tenham perdido a vida exatamente pelas horas que estiveram em agonia.

A TSF noticiou hoje um parecer encomendado a uma professora de Direito Administrativo da Universidade de Coimbra que acaba por defender que estando os Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios caducados nos concelhos envolvidos, fica desresponsabilizada a Ascendi e a EDP. De alguma forma isto vai ao encontro daquilo que já tinha referido no seu relatório.

Nós temos conhecimento desse parecer, respeitamo-lo. Chamamos à atenção de duas coisas: por um lado, como as entidades, neste caso elétricas, como os autarcas são responsáveis por situações destas, e como devem ser responsabilizadas e como os cidadãos as devem responsabilizar; por outro lado, mesmo que assim seja, esperamos que este evento ainda que não tenha consequências penais sobre essas entidades, esperamos que seja uma chamada de atenção. [...] No nosso relatório, referimos que alguns dos acidentes que houve nas estradas estão relacionadas com a falta de limpeza de vegetação junto das vias; árvores que caíram para a estrada e impediram a saída das pessoas.

Para nós não é compreensível que haja autarquias que não respeitam a lei e não fazem o seu trabalho.

(Resposta a uma questão sobre as chamadas de socorro feitas durante os incêndios)

Houve centenas, milhares de pessoas em situações de risco, o que provocou uma saturação dos sistemas, numa altura em que as comunicações também estavam a falhar. Houve um conjunto de fatores que contribuiu para que não fosse possível selecionar as chamadas de socorro e não havia também meios para prestar o socorro.



Pub

JACINTO

LÍDERES EM VEÍCULOS DE COMBATE A INCÊNDIOS

Jacinto Marques de Oliveira, Sucrs, Lda
Sede: Av. dos Correios, 191 - Apartado 47
3885 - 999 Esmoriz Portugal
Escritórios e Armazém: Rua do Campo Grande, 132-184
3885 - 530 Esmoriz
Tel. +351 256 750 300 Fax. +351 256 751 481
info@jacinto-Lda.com
www.jacinto-Lda.com

PME líder



Açores: exercício “Touro 2017” testa proteção civil regional

(Por Cátia Godinho)

O Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores organizou, entre os dias 20 e 24 de novembro, o exercício “Touro 2017” que envolveu mais de meio milhar de pessoas. O objetivo, de acordo com comunicado do SRPCBA, foi “treinar a estrutura operacional das diferentes entidades com responsabilidades em matéria de proteção civil, no caso, para uma situação de sismo”.

O exercício teve a duração de 36 horas, durante as quais foram simulados pedidos de socorro de cidades, habitações e

estradas obstruídas, populações isoladas, evacuação da população e pessoas desparecidas.

A ação teve lugar na antiga fábrica de Pronicol, em Angra do Heroísmo, num cenário multi-vítimas de grande escala “e no Centro de Formação do SRPCBA com “cenários de desabamento, incêndios e explosão”.

Estiveram envolvidos todos os agentes de proteção civil, como várias corporações de bombeiros de Angra do Heroísmo, Praia da Vitória e de outras ilhas do Grupo Central dos Açores, assim como uma equipa de bombeiros da Madeira convidada.

Participaram ainda envolvidas duas Câmaras Municipais da Ilha Terceira, através dos Serviços de Proteção Civil, bem

como PSP, GNR associação de radioamadores da ilha Terceira e o comando de operações dos Açores.

De acordo com nota emitida pelo Serviço Regional de Proteção Civil dos Açores, o presidente deste organismo, Carlos Neves, considerou os resultados deste exercício “muito satisfatórios”, adiantando que “foram cumpridos” todos os objetivos que se pretendia atingir com o exercício “Touro 2017”.

Carlos Neves salientou que os cenários foram criados por forma a “aumentar a dificuldade na coordenação e gestão dos meios, dificultar a capacidade de comunicação e também para testar ao máximo a capacidade de resposta dos agentes envolvidos”.



Várias corporações participaram no exercício entre as quais os B.V. Praia da Vitória e os B.V. de Angra do Heroísmo



O Secretário Regional da Saúde, Rui Luis acompanhou o exercício

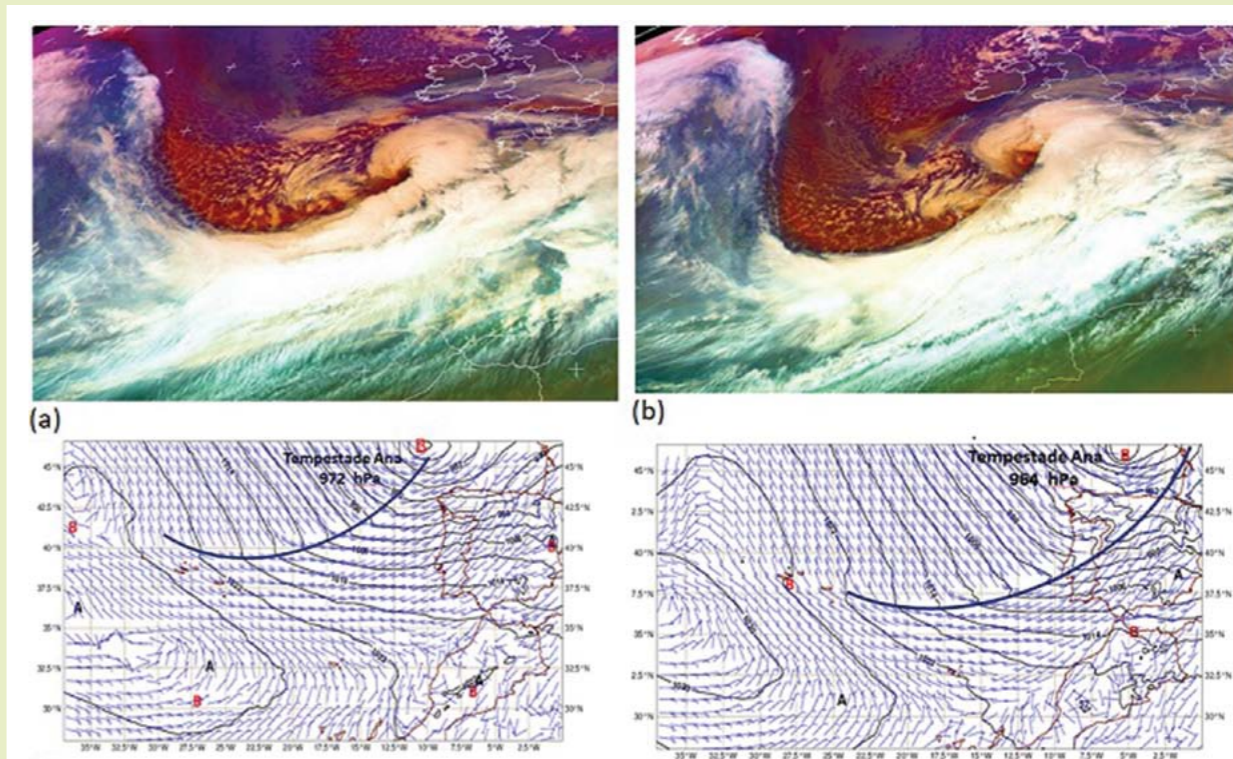


Várias entidades participaram no exercício





Imagens
Estiveram envolvidos todos os agentes de proteção civil, como várias corporações de bombeiros de Angra do Heroísmo, Praia da Vitória e de outras ilhas do Grupo Central dos Açores, assim como uma equipa de bombeiros da Madeira convidada. Participaram ainda envolvidas duas Câmaras Municipais da Ilha Terceira, através dos Serviços de Proteção Civil, bem como PSP, GNR associação de radioamadores da ilha Terceira e o comando de operações dos Açores.



Primeira tempestade com nome em Portugal provoca três mil ocorrências

(Por Cátia Godinho)

Uma pessoa morreu na sequência da passagem da tempestade Ana por Portugal. De norte a sul do país, entre as 00h00 do dia 10 de dezembro e as 08h00 do dia 11 de dezembro, a Proteção Civil registou mais de 3200 ocorrências, que mobilizaram 11426 operacionais.

Várias casas ficaram destruídas. No distrito do Porto 12 pessoas ficaram desalojadas. Houve ainda registo de queda de árvores e de cortes de energia.

De acordo com fonte oficial da Autoridade Nacional da Proteção Civil, citada pela Agência Lusa, os distritos mais afetados forma Porto (423), Lisboa (278), Braga (274) Aveiro (269), Viseu (255) e Coimbra (232).

Em Lisboa, entre as 00h00 e as 7h00 do dia 11 de dezembro, o Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa registou mais de 120 ocorrências, na maioria queda de árvores e de estruturas, segun-

do informações do RSB. Registaram-se ainda sete inundações em espaços privados e oito em espaços públicos.

Fonte do CDOS de Lisboa aponta para 300 ocorrências entre as 00h00 e as 06h30, na maioria queda de árvores e de estruturas.

Apesar da destruição, a tempestade Ana trouxe boas notícias para o concelho de Viseu ao nível do abastecimento de água. A barragem de Fagilde aumentou a cota em cerca de um metro e dez centímetros, o que significa mais de um mês de água. A chuva permitiu ainda aumentar os caudais dos rios Coja e Dão.

Por que razão passamos a dar nome a tempestades?

À tempestade Ana seguiu-se a tempestade Bruno. A atribuição de nomes próprios a fenómenos meteorológicos é prática comum nos Estados Unidos da América, mas não na Europa. Uma nota da entidade meteorológica de Espanha (a AEMET) explica, no entanto, que “o sistema de dar nome a tempestades foi

implementado com êxito durante duas temporadas (2015/16 e 2016/2017) no Reino Unido e Irlanda”.

Para “assegurar e facilitar a cooperação” entre os vários serviços meteorológicos nacionais na Europa, as entidades meteorológicas de Portugal (IPMA), Espanha (AEMET) e França (Météo-France) começaram a nomear tempestades que se verificam no sul europeu. A medida entrou em vigor a 1 de dezembro e em Portugal teve a sua “estreia” com a tempestade “Ana”, a primeira a ter um nome “humano”.

De acordo com a mesma nota da AEMET, a atribuição destes nomes justifica-se porque as pessoas tendem a ter mais atenção às condições meteorológicas e às medidas de prevenção e segurança se os fenómenos tiverem nomes e estiverem “claramente identificados”.

As próximas tempestades terão assim nomes como Carmen, David, Emma, Felix, Gisele, Hugo, Irene, José, Katia, Leo, Marina, Nuno, Olívia, Pierre, Rosa, Samuel, Telma, Vasco e Wiam.



“Os atuais sistemas de defesa da floresta não estão preparados para enfrentar incêndios extremos”

(Por Alexandra Martins Silva)

O leque de licenciaturas da Universidade do Minho deverá crescer já para o próximo ano letivo, com a chegada de uma nova licenciatura que promete ser uma mais-valia para o panorama da proteção civil nacional. A licenciatura em Proteção Civil e Gestão do Território foi anunciada no dia 8 de novembro, no âmbito das comemorações dos 41 anos do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

António Batista Vieira e António Bento Gonçalves, professores do Departamento de Geografia, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, são os coordenadores deste projeto, que esperam estar já pronto para inscrições para o próximo ano letivo, e explicaram à Alto Risco que “os profissionais formados nesta licenciatura deverão constituir uma mais-valia ao nível da coordenação e interligação entre entidades e agentes da proteção civil”.

De onde veio a iniciativa de criar a licenciatura em Proteção Civil e Gestão do Território?

A iniciativa da criação da Licenciatura em Proteção Civil e Gestão do Território (LPCGT) partiu do Departamento de Geografia, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, e resultou, por um lado, da vasta experiência obtida através da investigação desenvolvida há mais de duas décadas por diversos docentes no âmbito da gestão do território e dos riscos naturais, intimamente relacionada com a proteção civil, e por outro lado, da necessidade identificada de formação superior em proteção civil e gestão do território, fundamental para a capacitação de profissionais para atuarem nestes domínios.

Porquê a demora na sua concretização?

A Licenciatura em Proteção Civil e Gestão do Território foi acreditada pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, por um período de seis anos, está registada na Direção-Geral do Ensino Superior, reunindo todas as condições necessárias para entrar em funcionamento. Neste momento, a sua abertura está dependente de decisão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Universidade do Minho.

Que disciplinas englobam o plano de estudos desta licenciatura? Quando é que estará aberta a candidaturas?

A Licenciatura em Proteção Civil e Gestão do Território tem como área científica fundamental a Geografia, a que se associa a área científica da Engenharia, integrando, para além destas, as áreas da Psicologia, da Enfermagem, do Direito, da Educação, das Ciências da Comunicação, da História, da Sociologia e das Ciências da Terra.

Assim, começa por integrar um conjunto de unidades curriculares de formação geral nas diversas temáticas associadas ao território (sua estrutura física e condicionantes naturais), técnicas de representação espacial (SIG) e metodologias de análise estatística, passando



Plano de Estudos - 1º semestre/1º ano (30 créditos)

Unidade Curricular	Área Científica	Horas Trabalho	Horas Contacto	ECTS
Introdução à Proteção Civil	G	140	TP - 60	5
Expressão Gráfica e Cartografia	G	140	TP - 60	5
Estatística Aplicada à Proteção Civil	Eng	140	TP - 60	5
Geologia Geral	CT	140	TP - 60	5
Direito da Proteção Civil	D	140	TP - 60	5
Geografia Física de Portugal	G	140	TP - 60	5

2º semestre/1º ano (30 créditos)

Unidade Curricular	Área Científica	Horas Trabalho	Horas Contacto	ECTS
Higiene e Segurança do Trabalho	Eng	140	TP - 60	5
Planeamento Municipal	Eng	140	TP - 60	5
Riscos Naturais e Ordenamento do Território	G	140	TP - 60	5
Introdução aos Sistemas de Informação Geográfica	G/Eng	140	T - 30; PL - 30	5
Geografia da População	G	140	TP - 60	5
Projeto I	G/Eng	140	TP - 60	5

3º semestre/2º ano (30 créditos)

Unidade Curricular	Área Científica	Horas Trabalho	Horas Contacto	ECTS
Geografia das Florestas e dos Incêndios Florestais	G	140	TP - 60	5
Climatologia Aplicada	G	140	TP - 60	5
Instrumentos de Gestão Territorial	G	140	TP - 60	5
Avaliação e Gestão de Impactes Ambientais	G	140	TP - 60	5
Deteção Remota e Sistemas de Informação Geográfica	G/Eng	140	T - 30; PL - 30	5
Opção I	-			5

3º semestre/2º ano (opções)

Unidade Curricular	Área Científica	Horas Trabalho	Horas Contacto	ECTS
Opção I - Sistemas de Informação	Eng	140	TP - 45	5
Opção I - Análise e controlo de contaminantes ambientais	Eng	140	TP - 45	5
Opção I - Bases de Dados aplicados a Sistemas de Informação Geográfica	G	140	T - 30; PL - 30	5
Opção I - Direito do Urbanismo e Ambiente	D	140	TP - 60	5
Opção I - Equipamentos de Proteção Individual	Eng	140	TP - 60	5
Opção I - Geografia da Saúde	G	140	TP - 60	5

a integrar progressivamente unidades curriculares direcionadas para a formação especializada em proteção civil. Os semestres finais integram unidades curriculares de formação especializada, da área da Geografia, Psicologia, Educação, Enfermagem, Ciências da Comunicação e Engenharia.

Oferece-se também um conjunto diversificado de Unidades Curriculares opcionais, pertencente a várias áreas científicas, capazes de permitir uma elevada versatilidade e possibilidade de definição de percursos individuais de qualidade para cada discente.

Foi preocupação central na estruturação do curso o reforço da componente prática através da aposta em unidades curriculares relacionadas com as tecnologias de informação geográfica e com o desenvolvimento de projetos de Proteção Civil com incidência territorial, bem como a implementação de formas de cooperação com as instituições públicas e privadas diretamente relacionadas com a proteção civil, por forma a proporcionar um contato direto com situações reais, técnicas, equipamentos e experiências.

No que diz respeito à entrada em funcionamento da licenciatura, ainda que não tenhamos informação concreta das instâncias superiores, esperamos que possa ocorrer no próximo ano letivo.

Que falhas podem vir a ser colmatadas no panorama da proteção civil a nível nacional?

A LPCGT pretende desenvolver um perfil altamente competente de profissionais nos domínios da proteção civil e da gestão do território.

Os principais objetivos passam pela capacitação dos discentes, quadros superiores, técnicos, agentes, operacionais, estudantes ou outros interessados, com os conhecimentos e metodologias necessárias para o desempenho de funções que se cinjam ou se relacionem, com a proteção civil e a gestão do território.

As competências adquiridas devem permitir delinear medidas de prevenção, minimização, gestão e comunicação do risco e a capacidade de mobilização e de reabilitação das comunidades afetadas no quadro da proteção civil. Torna-se,

4º semestre/2º ano (30 créditos)

Unidade Curricular	Área Científica	Horas Trabalho	Horas Contacto	ECTS
Hidrologia	G	140	TP - 60	5
Geomorfologia Aplicada	G	140	TP - 60	5
Riscos Tecnológicos	Eng	140	TP - 60	5
Estruturas e Risco Sísmico	Eng	140	TP - 60	5
Infraestruturas	Eng	140	TP - 60	5
Projeto II	G/Eng	140	TP - 60	5

5º semestre/3º ano (30 créditos)

Unidade Curricular	Área Científica	Horas Trabalho	Horas Contacto	ECTS
A vítima na crise, emergência e catástrofe	Psi	140	TP - 60	5
Comunicação Estratégica e Território	CC	140	TP - 60	5
Emergência Pré-hospitalar e Catástrofe	Enf	140	TP - 60	5
Gestão de crises	G	140	TP - 60	5
Logística	Eng	140	TP - 60	5
Opção II	-			5

5º semestre/3º ano (opções)

Unidade Curricular	Área Científica	Horas Trabalho	Horas Contacto	ECTS
Opção II - Planeamento Biofísico	G	140	TP - 60	5
Opção II - Sociologia das Organizações	S	140	TP - 45	5
Opção II - Direito Sancionatório	D	140	TP - 60	5
Opção II - Tecnologias de Informação Geográfica para a gestão dos riscos naturais	G	140	TP - 60	5
Opção II - Avaliação Económica de Projetos e Gestão do Risco	Eng	140	T - 15; PL - 30	5
Opção II - Educação, Democracia e Participação	Edu	140	TP - 60	5

6º semestre/3º ano (30 créditos)

Unidade Curricular	Área Científica	Horas Trabalho	Horas Contacto	ECTS
Telecomunicações de emergência	Eng	140	TP - 60	5
Educação, Formação e Avaliação em Contexto de Proteção Civil	Edu	140	TP - 60	5
Projeto III	G/Eng	140	TP - 60	5
Opção UMinho	-	140	TP - 60	5
Opção III	-			5
Opção IV	-			5

6º semestre/3º ano (opções)

Unidade Curricular	Área Científica	Horas Trabalho	Horas Contacto	ECTS
Opção III - Modelos de decisão espacial	Eng	140	T - 30; PL - 15	5
Opção III - História dos Riscos e Catástrofes	H	140	TP - 45	5
Opção III - Geografia Urbana	G	140	TP - 60	5
Opção IV - Mudanças Climáticas e Proteção Civil	G	140	TP - 60	5
Opção IV - Os profissionais de proteção civil	Psi	140	TP - 60	5
Opção IV - Hidrologia Aplicada	Eng	140	TP - 60	5
Opção IV - Cibercrime	D	140	TP - 60	5

assim, importante uma formação nas técnicas de planeamento e de gestão do território, bem como a capacidade de articulação com as autoridades locais, distritais e nacionais na prossecução das medidas a tomar no âmbito da proteção civil.

Neste sentido, os profissionais formados nesta licenciatura deverão constituir uma mais-valia ao nível da coor-

denação e interligação entre entidades e agentes da proteção civil, bem como no desempenho de funções e tarefas de análise, identificação e intervenção em situações de catástrofe/crise, ou mesmo no desenho e implementação de estratégias de prevenção e sensibilização para os riscos.

Parece-nos que a estes níveis há muito a fazer e a corrigir em Portugal!

Tendo em conta a responsabilidade dos comandantes/dirigentes de proteção civil do país, considera que este tipo de cursos seja uma exigência necessária?

Mais do que necessária, cremos que seja indispensável! Uma formação como a que é proposta nesta licenciatura permite aos intervenientes com responsabilidade de chefia adquirir um vasto conjunto de conhecimentos de diferentes áreas científicas, que lhes permitirá atuar e decidir de forma mais informada e sustentada, em situações de emergência.

Como é que uma formação superior em proteção civil pode evitar que o cenário dos incêndios de junho e outubro se repita?

Os incêndios de junho e de outubro ficaram a dever-se a um vasto conjunto de causas, quer estruturais, quer conjunturais, e vieram mostrar que os atuais sistemas de defesa da floresta contra incêndios não estão preparados para enfrentar este novo regime de incêndios extremos.

Com efeito, num mundo em rápida mudança e com as alterações climáticas a contribuírem para que os grandes incêndios se tornem cada vez mais frequentes, maiores e mais destruidores, o país precisa urgentemente de profissionais altamente qualificados, com capacidade para delinear medidas de prevenção, combate, minimização, gestão, comunicação do risco e reabilitação das comunidades afetadas.

Neste sentido, profissionais de Proteção Civil, mas com um profundo conhecimento na área da Gestão do Território, estarão melhor preparados para, com base num profundo conhecimento do território e das dinâmicas sociais, em função de rigorosas análises de risco, tomarem decisões melhor informadas, permitindo-lhe assim serem proactivos e não reativos.

Que lições ficaram para o futuro?

São muitas as lições que deviam ficar para o futuro, e que, se devidamente aprendidas, permitiriam transformar o trágico ano de 2017 num ano de oportunidade para implementar uma verdadeira Cultura de Proteção Civil em Portugal.

Com efeito, o ano de 2017 mostrou, mais uma vez, um país profundamente desordenado e desequilibrado, com uma profunda falta de educação cívica e ambiental e com deficit de formação superior em proteção civil e gestão do território.

Perfil

António Vieira é geógrafo, tendo-se doutorado em Geografia, pela Universidade de Coimbra. É professor auxiliar no Departamento de Geografia da Universidade do Minho, desenvolvendo as suas atividades de investigação como membro integrado do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT – UM/UC/UP).

É membro da Associação Portuguesa de Geomorfólogos (APGeom), a RISCOS – Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança, da FUEGORED e colaborador do GRAM. Desde outubro de 2016, é membro do conselho diretivo do Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) e Coordenador da CEGOT na Universidade do Minho. Em outubro de 2017, foi eleito presidente da Associação Portuguesa de Geomorfologistas.

Produção Científica mais relevante: 40 publicações em revistas científicas sujeitadas a revisão por pares; 28 capítulos em livros; 8 livros publicados; 16 livros editados.



Perfil

António Bento Gonçalves é licenciado em Geografia e possui mestrado em Geografia Física pela Universidade de Coimbra (Portugal) tendo-se doutorado em Geografia Física e Estudos Ambientais pela Universidade do Minho (Portugal), onde é professor no Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Sociais (ICS) desde 1998.

É membro da Direção da Associação Portuguesa de Geógrafos (APG) e investigador sénior do CEGOT (Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território das Universidades de Coimbra, Porto e Minho) e a sua atividade científica tem-se focado nos incêndios florestais, na erosão e degradação dos solos e nos riscos naturais, tendo participado e coordenado mais de duas dezenas de projetos científicos nacionais e internacionais, é autor e co-autor de mais de duas centenas de títulos publicados em Portugal e no estrangeiro e membro da Comissão Científica de 12 revistas nacionais e estrangeiras.





rescEU: a promessa de uma proteção civil europeia mais eficaz

(Por Alexandra Martins Silva)

Em 2017 mais de 200 pessoas perderam a vida por causa de desastres naturais e mais de um milhão de hectares de floresta ficaram destruídos. Por todo o lado, ouvem-se queixas de que o socorro foi tardio e que os mecanismos de emergência europeus são escassos. Em Portugal, o atraso da chegada dos meios do mecanismo europeu de proteção civil foi um 'abrir de olhos' para as instituições europeias.

"Quando ocorre uma catástrofe, eu quero que a União Europeia possa oferecer mais do que condolências", foram estas as palavras pronunciadas por Jean-Claude Juncker, o presidente da Comissão Europeia, no dia do anúncio do novo sistema europeu para ultrapassar os desastres naturais, rescEU, 23 de novembro.

Na apresentação do rescEU, o Comissário europeu para a ajuda humanitária e gestão de catástrofes, Christos Stylianides, também deixou claro que "as tragédias do verão passado e dos anos anteriores mostraram que o nosso atual sistema de resposta a catástrofes atingiu os seus limites no seu formato de voluntariado". Daí, surgiu a necessidade de elaborar "um conjunto de propostas para reforçar a proteção civil da União Europeia e aumentar a capacidade da Europa em lidar com desastres naturais". Estas propostas focam-se em duas áreas: "criar o sistema rescEU para aumentar a capacidade de resposta disponível na União Europeia" e "investir mais na prevenção e preparação".

O atual Mecanismo Europeu de Proteção Civil foi criado em 2001 e já respondeu a mais de 250 pedidos de ajuda, mas tem a limitação de depender do voluntariado dos Estados-membros. De acordo com o documento onde estão explicadas as linhas gerais do rescEU, justifica-se a necessidade da criação de uma proteção civil europeia mais eficaz porque "os catástrofes estão a tornar-se cada vez mais frequentes e complexos" e que "nos últimos anos, vários países já se viram seriamente afetados pelos efeitos das alterações climáticas".

Financiamento

Tendo em conta que os prejuízos provocados pelos catástrofes naturais, só no ano de 2016, ascenderem aos 10 mil milhões de euros para os países afetados, o rescEU vai ser financiado na totalidade pela União Europeia, causando assim um impacto de 280 milhões de euros adicionais no orçamento para o período de 2018-2020. Também está previsto que os Estados-membros vão ser auxiliados em 75% para atualizarem os seus recursos nacionais, mas também cada vez que estes forem acionados além-fronteiras. Os custos relacionados com a adaptação, reparação e operações serão abrangidos pela ajuda da Comissão.

Operacionalidade

O controlo operacional dos recursos do rescEU vai ser detido pela Comissão Europeia. O rescEU é "essencialmente uma reserva de recursos usados pelos Estados-membros quando não conseguem lidar



com um desastre e precisam da ajuda da União Europeia entregue rapidamente”. Este sistema só pode ser ativado pelos Estados-membros afetados e será coordenado a partir de Bruxelas, no Centro de Coordenação e Resposta a Emergências da Comissão. O rescEU é ativado quando os meios do mecanismo já existente revelam ser insuficientes. As quatro valências do sistema são o combate aéreo a incêndios, equipamento para bombear água em caso de cheias, meios de resgate e salvamento urbano, hospital de campanha e assistência médica de emergência.

Informação e Formação partilhadas

Está prevista também a criação da Rede Europeia de Informação de Proteção Civil para que os agentes de proteção civil europeus possam contactar em tempo útil e “falar a mesma língua técnica”. Através desta rede a União Europeia propõe que as equipas de agentes de vários países europeus sejam treinadas em conjunto, para que, assim, possam “trabalhar facilmente lado a lado, além-fronteiras”, mas também para que “partilhem conhecimentos e lições de desastres anteriores”.

Reação de Portugal

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e o Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, manifestaram com agrado o anúncio da criação do rescEU.

Numa nota publicada na página oficial da Presidência da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa diz que “foi com satisfação que tomei conhecimento da aprovação [...] pela Comissão Europeia da proposta de criação de um novo sistema de proteção civil europeia, para dar uma resposta rápida a tragédias como os fogos florestais, inundações, terremotos e epidemias”.

“Vi assim consubstanciada a visão que recentemente me transmitiu o Presidente Jean-Claude Juncker, de uma ‘Europa que protege’ os seus cidadãos. [...] A Europa não pode limitar-se a dar condolências, como disse o Presidente da Comissão Europeia, ela tem de estar presente nos momentos mais difíceis da vida dos seus cidadãos”, refere a nota do Presidente.

O Ministro da Administração Interna reagiu numa conferência de imprensa, no próprio dia do anúncio, dizendo que “esta é mais uma prova da solidariedade entre os Estados-membros, determinante para consolidar uma Europa que protege e defende os seus cidadãos e o seu património. [...] Esta nova resposta vem complementar os dispositivos operacionais de cada Estado-membro, fortalecendo e impulsionando a capacidade da Europa a enfrentar e responder de forma eficaz aos desastres naturais”.

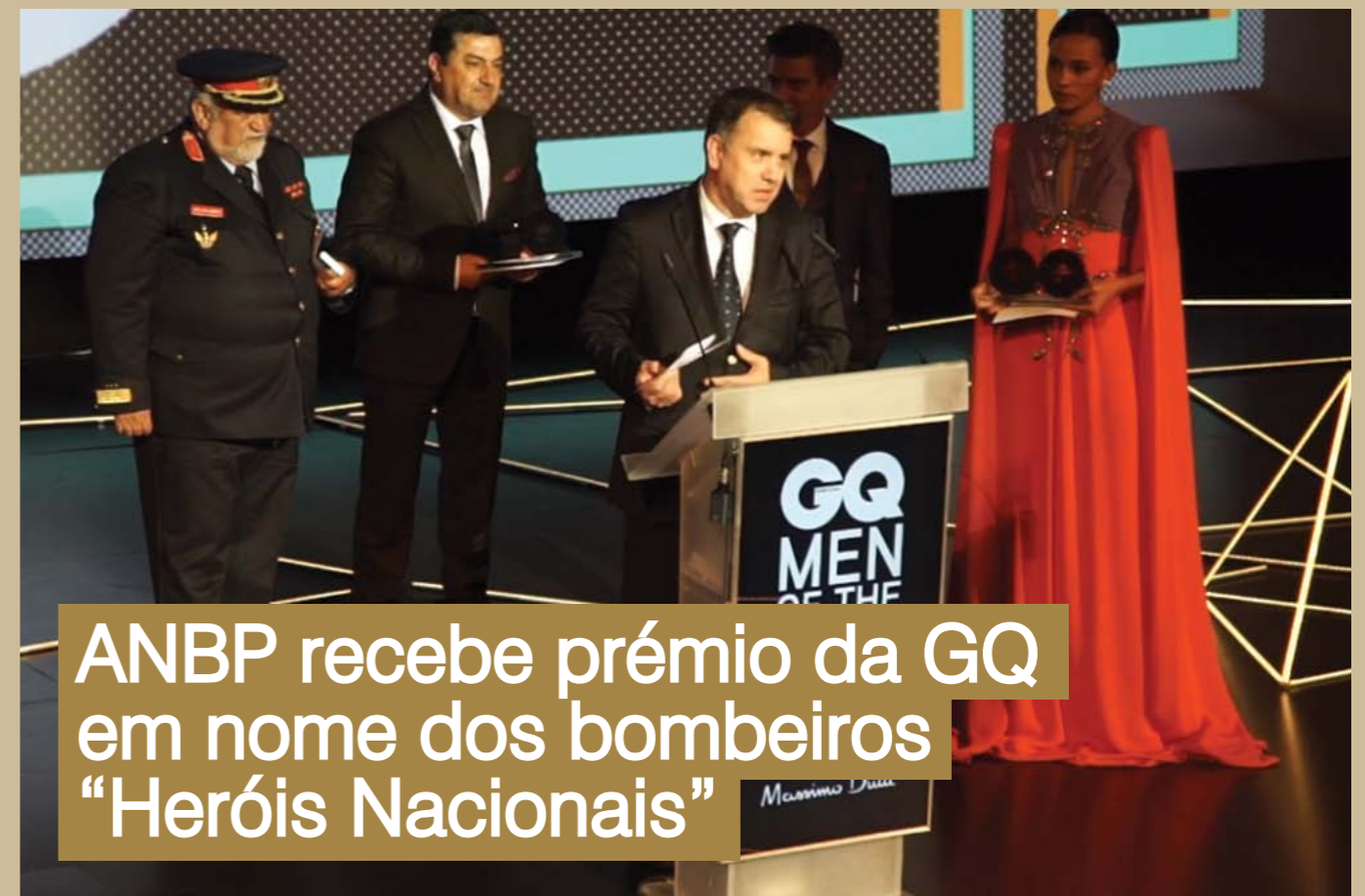
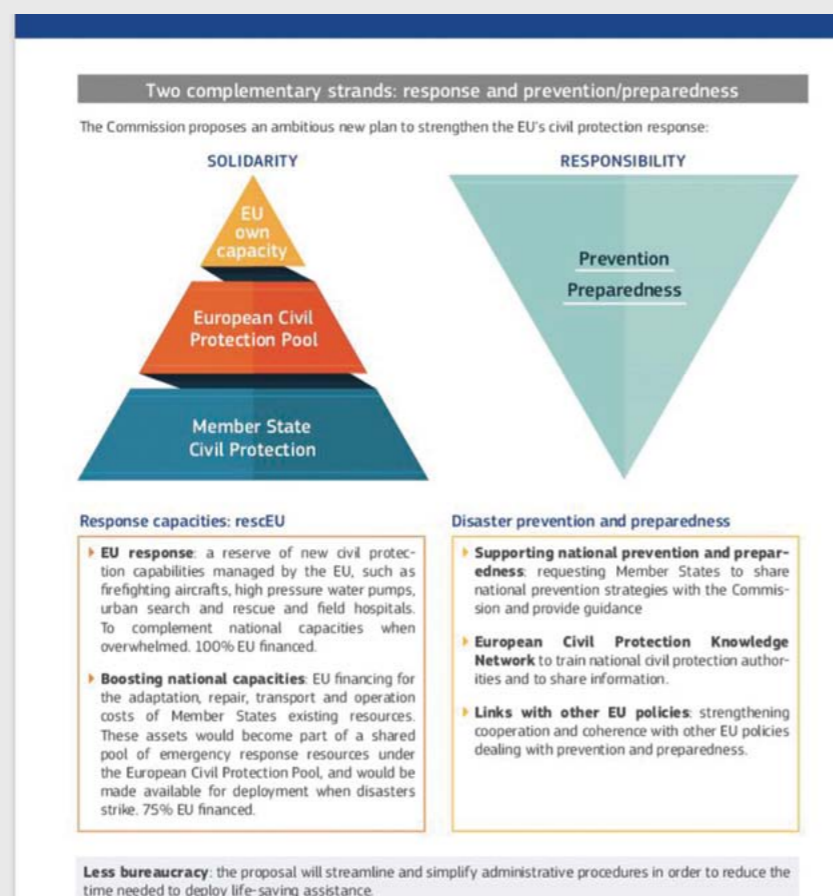
rescEU: A stronger collective
European response to disasters
PROTECTING CITIZENS IN TIMES OF NEED

“Europe can't be on the side-lines when our Member States suffer from natural disasters and need help. No country in Europe is immune to natural disasters which have sadly become the new normal. When a disaster strikes, I want the European Union to offer more than condolences. Europe is a continent of solidarity and we must be better prepared than before, and faster in helping our Member States on the frontline.”
Jean-Claude Juncker, European Commission President, 23 November 2017

“The tragedies of last summer and the past few years have shown that our current disaster response system has reached its limits in its existing voluntary format. The challenges we face have evolved, and so must we. It is a matter of solidarity and shared responsibility at all levels.”
Christos Stylianides, Commissioner for Humanitarian Aid and Crisis Management, 23 November 2017

Disasters have become the new reality across the European Union. From flash floods and storms, to forest fires and earthquakes, all countries are at risk. 2017 has been a particularly tragic year with **over 200 people losing their lives**. The economic costs are huge: **close to €10 billion in damages** on the European continent were recorded in 2016. Much of these costs could be avoided if damage was prevented and societies better prepared.

Visit of Christos Stylianides, to Portugal, 13 February 2017
Christos Stylianides at the Emergency Response Coordination Centre



ANBP recebe prémio da GQ em nome dos bombeiros “Heróis Nacionais”

A

Associação Nacional de Bombeiros Profissionais recebeu, em nome dos bombeiros, o prémio “GQ Men of the Year 2017” na categoria de “Heróis Nacionais”. Um prémio partilhado com a Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários e com a Liga dos Bombeiros Portugueses.

A revista distingue todos os anos personalidades de várias áreas, como música, arte, desporto, moda, literatura e mundo empresarial. Este ano, a GQ decidiu distinguir os bombeiros pela sua atividade ao longo deste ano.

A Gala teve lugar no dia 17 de outubro, no cinema São Jorge. A atribuição do Prémio à ANBP, em representação dos bombeiros, foi recebido pelo presidente da ANBP, Fernando Curto, como uma “enorme honra”, por representar “o reconhecimento de todos os bombeiros portugueses”.



RAILEX: a união dos agentes de proteção civil na proteção do cidadão

(Por Alexandra Martins Silva)

Cerca de 300 pessoas, mais de 150 viaturas e 42 entidades reuniram-se no Complexo Ferroviário de Coima, no dia 16 de novembro, para participar num exercício multidisciplinar em ambiente ferroviário - RAILEX17 - organizado pela GNR, cujo objetivo foi testar a capacidade de coordenação numa intervenção de reação a um acidente ferroviário grave e complexo. O Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, assistiu ao exercício e fez questão de salientar que “é fundamental que Portugal, que é um dos países mais seguros do mundo, esteja bem preparado para aprender com aquilo que é a experiência, mas também partilhar experiências e provar que está preparado, treinando nestas circunstâncias tão próximas da realidade o quanto possível, treinando todos os agentes, todas as forças de segurança, todas as forças de proteção civil para que se alguma vez formos confrontados com uma situação real todos saibam aquilo que têm de fazer.”

Para o Tenente-Coronel Pedro Oliveira, diretor do exercício, “o mais importante foram as lições tiradas, as reflexões que fomos fazendo. [...] O objetivo foi reunir 42 entidades à mesma mesa e discutir este tipo de incidentes”.



O Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita e o Comandante Geral da GNR, Tenente-General Manuel Mateus Couto assistem à apresentação do exercício

Das 8h30 às 15 horas, do dia 16 de novembro, GNR, PSP, Bombeiros, INEM, Polícia Judiciária, entre outras entidades nacionais e internacionais, tais como a RAILPOL (European Network of Railway Police Forces), juntaram-se neste treino que pôs à prova os planos de alerta e emergência que, numa situação real, exigiriam que todas estas forças trabalhassem em conjunto.

O exercício, dividido em três fases distintas, simulou diferentes situações que se desenvolvem em cadeia, ou seja, tudo que podia correr mal para os passageiros da Comboios de Portugal e da Fertagus, correu, de facto, mal; o que não correu mal foi a resposta de todos os agentes envolvidos.

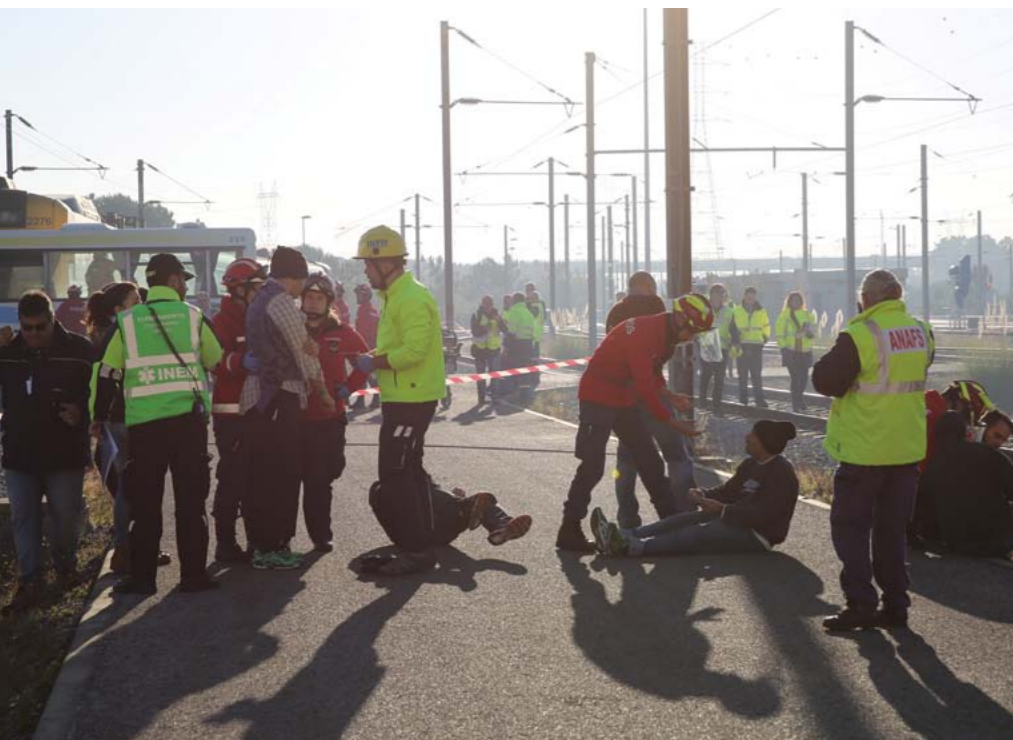
O cenário número 1 consistiu num acidente ferroviário, entre um comboio de passageiros e um veículo pesado de passageiros. Este acidente, que exigiu toda uma operação de resgate e salvamento dos feridos e evacuação dos transportes sinistrados, obrigou a um corte geral de energia do Complexo Ferroviário de Coima, o local onde este exercício decorreu.

Num outro comboio, que foi obrigado a parar devido ao acidente entre os outros dois transportes, seguia um grupo



Os operacionais durante as operações de socorro da primeira fase do exercício





Reféns a serem excultados pelos Grupos de Intervenção na etapa final da segunda fase do exercício

de cinco assaltantes em fuga, depois de terem roubado uma caixa de multibanco. Começou assim o cenário número 2, um incidente tático-policial (ITP), num comboio de passageiros.

O que se passou foi que estes assaltantes pensaram que o aparato que se formou era por sua causa. Alarmados, os cinco homens tomaram o comboio e fizeram as mais de 30 pessoas (figurantes) de reféns.

O GIOE (Grupo de Intervenção de Operações Especiais) da GNR e o GOE (Grupo de Operações Especiais) da PSP planearam a sua ação de captura dos assaltantes entrando de surpresa dentro do comboio. Durante este assalto, houve uma troca de tiros, alguns deles que atingiram um comboio de mercadorias que transportava materiais tóxicos. Começou o terceiro e último cenário, o derrame de uma matéria perigosa (MP), num comboio de mercadorias.

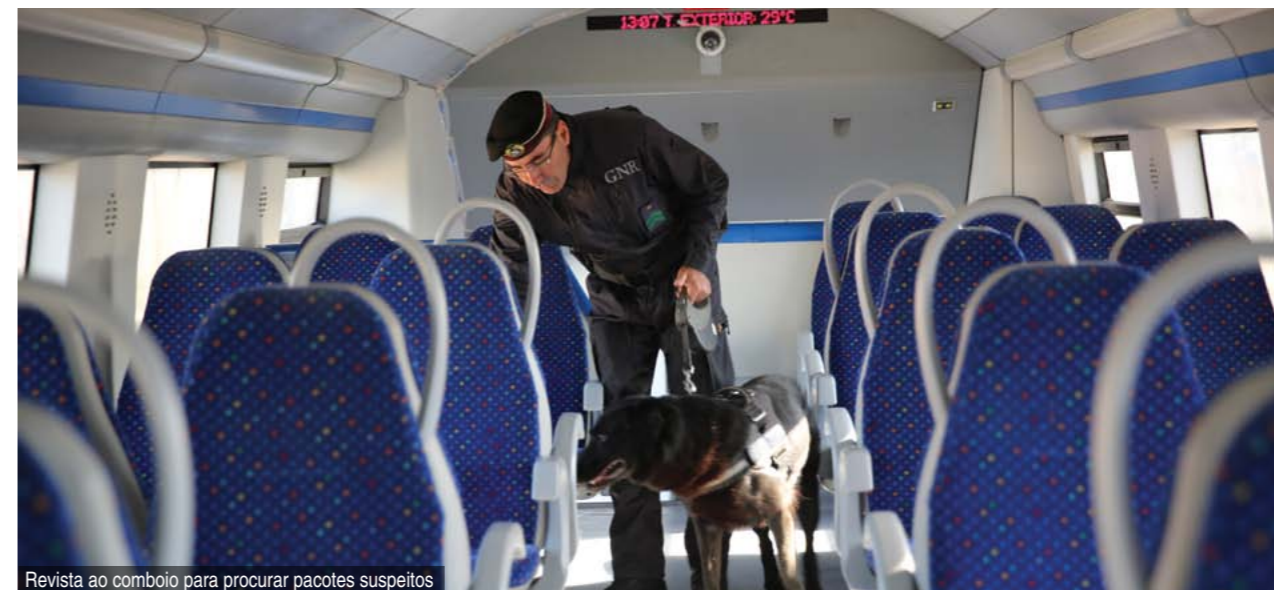
Esta última fase envolveu a ação da GNR, Bombeiros e Exército que, com as suas equipas especializadas equipadas com fatos de Hazmat, avaliaram o risco de perigo tóxico provocado pelo derrame, através da análise das amostras do material recolhido pela primeira equipa que chegou ao local. Identificada a matéria perigosa, as equipas procederam à descontaminação e limpeza do local.

O exercício, que começou a ser planeado em julho, envolveu uma ampla cooperação de estruturas: todas as forças e serviços de segurança, as forças armadas, estruturas de saúde, os três centros hospitalares da Península de Setúbal, a estrutura de Proteção Civil Municipal dos municípios do Barreiro e do Seixal, e os bombeiros.

“Dou uma nota muito positiva”

O Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, falou aos jornalistas depois da realização do primeiro exercício, onde deu logo “uma nota muito positiva, por um lado ao esforço que aqui foi desenvolvido por todas as entidades envolvidas, sobretudo pela capacidade operacional demonstrada, mas pela capacidade de coordenação, em todos os desafios da atuação das entidades públicas, esta necessidade de melhorarmos os nossos mecanismos de coordenação é um elemento decisivo.”

Para o governante “não podemos



Revista ao comboio para procurar pacotes suspeitos



Mochila suspeita retirada de dentro do comboio

deixar de nos preparar para as eventualidades, beneficiando da experiência daqueles que já as sofreram, mas também partilhando a nossa experiência que é muito válida e reconhecida no quadro internacional.”

Sobre a organização do exercício, Eduardo Cabrita sublinhou que “a GNR demonstrou aqui capacidade para promover e liderar esta operação; todas as entidades que colaboraram, durante meses, na montagem desta operação estiveram à altura e extremamente motivadas na preparação desta iniciativa. Ela está a ser avaliada, há uma avaliação sobretudo daquilo que ainda é possível melhorar, que vai ser feita a nível nacional e que vai ser feita também com a estrutura europeia. A RAILPOL, isto é, a polícia ferroviária europeia está aqui e está a avaliar a qualidade e a capacidade de resposta, para que, numa eventualidade ou em próximos exercícios, conseguirmos fazer ainda melhor.”



Os bombeiros vestiram fatos Hazmat para conter o derrame tóxico